



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 639119 - SP (2021/0004768-8)

RELATOR : **MINISTRO REYNALDO SOARES DA FONSECA**
IMPETRANTE : LUIS FERNANDO SILVEIRA LUVIZOTTO
ADVOGADO : LUIS FERNANDO SILVEIRA LUVIZOTTO - SP399821
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : EDER PACHECO DE TOLEDO (PRESO)
CORRÉU : MARCELO JORGE DE TOLEDO
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de EDER PACHECO DE TOLEDO em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO (Apelação Criminal n. 0001234-89.2015.8.26.0584).

O paciente foi condenado à pena de 1 ano e 3 meses de reclusão em regime inicial semiaberto, como incurso no art. 171, *caput*, do Código Penal.

O impetrante sustenta que o regime semiaberto fixado para início de desconto da reprimenda imposta ao paciente foi estabelecido considerando-se desfavoráveis os maus antecedentes, sem levar em consideração o enunciado da Súmula n. 444 do STJ.

Evoca as Súmulas n. 718 e 719 do Supremo Tribunal Federal.

Requer, liminarmente e no mérito, a concessão da ordem para que seja redimensionada a pena-base do paciente, além de fixado o regime inicial aberto para desconto da reprimenda.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 12 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Presidente